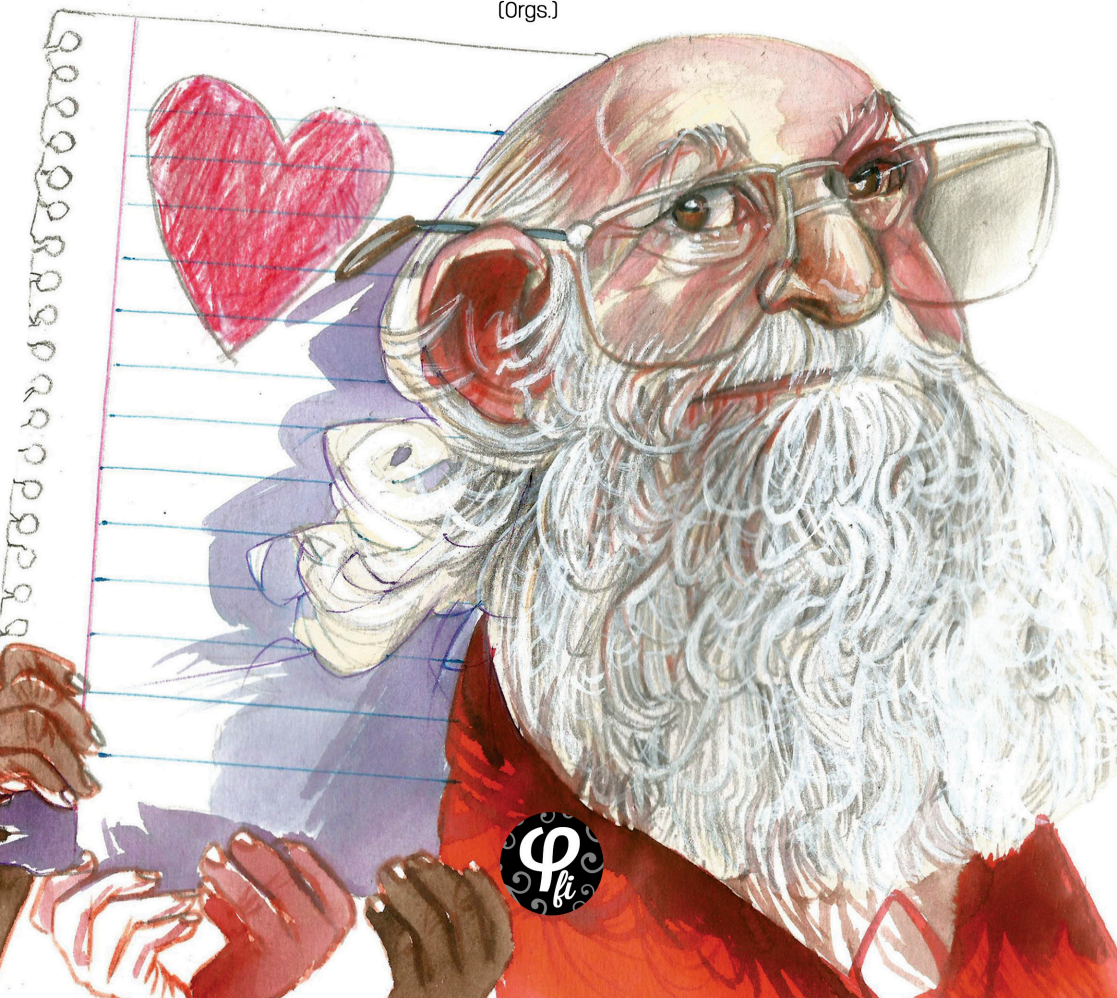


Do lado esquerdo do peito,

Paulo Freire

Presente!

Marco Mello
Caroline Pacievitch
Marcus Vianna
(Orgs.)



Do lado esquerdo do peito, Paulo Freire: Presente!

Organizadores
Marco Mello
Caroline Pacievitch
Marcus Vianna



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

Arte de Capa: Alisson Affonso - Bacharel em Artes Visuais (FURG), cartunista e ilustrador.

<https://www.instagram.com/affonso.alisson/?hl=pt-br>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MELLO, Marco; PACIEVITCH, Caroline; VIANNA, Marcus (Orgs.)

Do lado esquerdo do peito, Paulo Freire: Presente! [recurso eletrônico] / Marco Mello; Caroline Pacievitch; Marcus Vianna (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, ATEMPA, 2021.

235 p.

ISBN - 978-65-5917-295-5

DOI - 10.22350/9786559172955

ISBN - 978-65-996311-0-8 (ATEMPA)

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Paulo Freire; 2. Ensino de História; 3. Educação Popular; 4. Associativismo; 5. Sindicalismo Docente; I. Título.

CDD: 370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

Marx e Freire, um pouco da história e alguns desafios atuais para o aprofundamento da necessária e boa luta

*Conceição Paludo*¹

Introdução

Este texto, com alguns acréscimos, para que se torne mais claro, refere-se à comunicação realizada no Ciclo de Debates da ATEMPA - Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre -, que tive o prazer de compartilhar com o companheiro de jornadas e amigo Oscar Jara, no dia 24 de agosto, do ano em curso. Os mediadores foram os professores e também companheiros Marco Mello e Maria José da Silva. O título desse debate referia-se a “Paulo Freire e o bom combate: movimentos sociais na América Latina”. O que fiz, para esta comunicação, foi uma síntese, de alguns conteúdos, a partir das minhas vivências, aulas, estudos e pesquisas, e de escritos, sozinha e também em parceria, cujas referências são listadas abaixo.

O raciocínio desenvolvido consistiu em explicitar que o momento atual diz respeito à atualização de um padrão de dominação, que foi se tornando hegemônico nos países latino-americanos, em um processo que teve início na colonização. Desse modo, ainda que com novos sujeitos e diferentes ênfases teóricas e na ação, no decorrer do processo histórico, os movimentos sociais sempre se fizeram presentes, com resistências e lutas vinculadas aos novos direcionamentos em curso, em cada tempo histórico, cujos ciclos sempre foram de média e longa duração.

¹ Professora, vinculada ao Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação - FACED - e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Educadora Popular.

Para tanto, organizamos a fala em três itens que buscamos articular. São eles: Ciclos de dominação e a Educação Popular sendo feita; Marx, Freire e a educação emancipadora e libertadora; A atualidade e desafios das boas lutas e uma breve conclusão.

Ciclos de dominação na América latina e a Educação Popular sendo feita

De acordo com Florestan Fernandes (2009), o primeiro sistema de dominação e colonização externas vivido por quase todas as nações latino-americanas, foi construído tendo por base o “antigo sistema colonial”. O segundo sistema de dominação foi produto da desagregação do antigo sistema colonial porque, fundamentalmente, as nações europeias que conquistaram o controle, notadamente a Inglaterra, estavam mais preocupadas com o comércio do que com a produção local. O terceiro tipo de dominação ocorreu provocado pela Revolução Industrial. Nessa fase é que surgiu o capitalismo dependente como uma realidade histórica na América Latina. O quarto sistema de dominação, hegemônico pelos Estados Unidos da América, se constituiu nesse último ciclo, com a expansão das grandes corporações que atuam nas esferas financeira, industrial, agrária, comercial e de serviços, nos países latino-americanos – o chamado neoliberalismo. O traço específico do ‘imperialismo total’ consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle de natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa. Organiza, também, a dominação externa da educação, da transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, da modernização da infra e da superestrutura, dos expedientes financeiros ou do capital, do eixo vital da política nacional e etc.. Isso, de acordo com o autor, impede o desenvolvimento em bases autônomas².

² Vale conferir a obra *Veias Abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano.

Na análise de Fernandes, percebe-se que os processos que ocorreram nos países latino-americanos não foram os mesmos e nem aconteceram ao mesmo tempo, mas a direção de sentido foi à mesma, colonialismo, dependência e subdesenvolvimento, ou o “desenvolvimento desigual e combinado” (TROTSKI, 2017)³, tanto na relação entre países como dentro de um mesmo país. Uso da força e exploração do trabalho, os genocídios, devastação das culturas e espoliação das riquezas, são processos que ainda persistem e fazem com que, na América Latina de hoje, convivam o trabalho escravo e formas servis de trabalho e o trabalho assalariado (desemprego, subemprego, trabalho precarizado, etc.).

O que se escreveu acima, conforme analisado em outra oportunidade é o que leva a entender as resistências, as revoltas e insurgências que aconteceram na América Latina (PALUDO; MACHADO, 2013). A título de exemplos, podem-se citar os movimentos de Túpac Amaru, entre os anos de 1545 - 1572, e Zumbi dos Palmares, que se manteve durante todo o século XVII. Além desses, Simón Bolívar, 1783- 1830, cujo sonho era o de buscar a unidade latino-americana, e Augusto César Sandino, 1895 a 1934, na Nicarágua, em busca das reformas estruturais. Em nosso continente houve também revoluções, como a mexicana, em 1910, liderada por Zapata; a boliviana, em 1952; a cubana, em 1959; a nicaraguense, nas décadas de 1960-1970. Obras como as organizadas por Saviani (1996), e Streck (2010), demonstram que nos diferentes períodos do processo de desenvolvimento dos países latino-americanos, há uma relação estreita entre a direção hegemônica dada pela burguesia ao desenvolvimento, o movimento do campo popular, as resistências e lutas sociais e a educação. Podem-se destacar, entre outros: José Martí (Cuba, 1853-1895), que se dedicou à independência e defendia uma educação científica e técnica junto

³ Para existir opulência, acúmulo, concentração e centralização de riqueza, é necessário o empobrecimento.

com a formação ética e política do povo; José Carlos Mariátegui (Peru, 1894-1930), que defendia o socialismo, as universidades populares e a escola única para os peruanos; Franz Fanon (Ilha Martinica/Caribe, 1925-1961), que propunha uma pedagogia voltada para a luta concreta e conjunta dos condenados da terra; Ernesto Che Guevara de La Serna (Argentina/Cuba, 1929-1976), em cujas fileiras ninguém poderia continuar sem saber ler e escrever; subcomandante insurgente Marcos (México/Chiapas), que defende a ideia de uma educação rebelde e autônoma; Paulo Freire (Brasil, 1921-1997), que propunha a educação como prática da liberdade/educação libertadora. São desses processos de resistência e luta, acompanhados de debates e formulações teóricas, que resulta, ao longo do tempo, a Educação Popular, de cunho emancipador e libertador. Paulo Freire, engajado no seu tempo é, talvez, o autor mais conhecido, pela obra e experiências desenvolvidas e também pelas que foram por ele acompanhadas, não só na América Latina, mas no mundo.

Marx/Engels e Freire e a educação emancipadora libertadora

Karl Marx, especificamente na obra *O Capital* (2002), desvendou o funcionamento da lógica de acumulação, concentração e centralização de capitais, que é intrínseca das relações de produção que rege a sociedade moderna e, simultaneamente, em que condições o capital, enquanto articulador do conjunto de atividades econômicas, consegue se impor como absolutamente necessário.

Da obra de Manacorda (2003), e outras análises, pode-se depreender que, embora Marx não tivesse escrito, exaustivamente, sobre a educação, forneceu uma análise que permite dizer que ele fez a primeira crítica radical às teorias liberais da educação, cujos alguns dos eixos centrais podem ser assim sistematizados.

O primeiro eixo é de que educação é ‘mais do que escola’, porque é a forma como os homens se relacionam na sociedade que produz determinado tipo de educação. Assim, não é a educação que explica a sociedade, ainda que determinada forma de educação contribua para desvelar a dinâmica das relações sociais. Não é a educação que funda o ser social, para Marx, ela é instituída pelo ser social, ainda que a partir da explicitação da função social da educação, esse ser social possa, sobre ela intervir, mudando suas finalidades hegemônicas.

O outro eixo que pode ser sistematizado é o da negação das possibilidades da educação *omnilateral* na sociedade de classe/crítica da educação burguesa. As relações de produção capitalistas não possibilitam a emancipação social e, portanto, humana – *omnilateralidade ou integral*. Para o autor, sob o modo de produção capitalista a formação humana é unilateral e fragmentada, porque há a subsunção do trabalho ao capital, transformação do trabalho humano em mercadoria e naturalização das relações sociais. O caráter unilateral possibilita a dominação de uma classe (os trabalhadores – que vendem a força de trabalho, ganhando um salário, desempregados, com trabalho precarizado, etc.) por outra (os não trabalhadores: burguesia financeira, agrária, industrial e comercial).

O Estado e a educação dos trabalhadores também são outros eixos em que Marx e Engels chamam a atenção para o poder ideológico do Estado para com a educação. Uma educação do povo a cargo do Estado é inadmissível, dizem eles. É preciso banir da escola qualquer influência do governo e da Igreja. É o estado que precisa ser educado pelo povo. Ainda, Marx e Engels ajudam a distinguir entre financiamento da educação, que deve ser buscado através de leis, do Estado como educador do povo. Há, ainda, o debate sobre a gestão, suscitado por Marx e Engels, fazendo refletir sobre o que cabe ao Estado na gestão da educação.

A ciência, a cultura e a educação são os penúltimos eixos que podem ser citados a respeito da análise de Marx e Engels sobre a educação. A divisão social do trabalho entre trabalho manual e intelectual, dizem os autores, coloca a ciência cada vez mais especializada, que se apresenta como algo absoluto e ‘autônomo’, como se fosse independente da atividade humana, e cada vez mais se subordinada aos interesses do capitalismo. Os autores diferenciam cultura operária, dos trabalhadores mais empobrecidos e das comunidades, que são conformadas por diferentes sujeitos e etnias, de nível cultural. Na análise deles, sob o capitalismo a cultura geral é negada às massas.

Por fim, a educação comunista e a formação *omnilateral*/integral. O horizonte da educação dos trabalhadores é a formação *omnilateral*: a superação da divisão social e intelectual do trabalho levaria a superação da unilateralidade, o que supõe a superação da propriedade privada. Isso vinculado à utopia de construção da emancipação humana. Na sociedade comunista, todos trabalhariam, ‘cada um teria de acordo com as suas necessidades’, e todos poderiam se formar intelectualmente e culturalmente, usufruindo de tempo livre. Na proposta de formação politécnica, que é voltada para a educação dos trabalhadores, os autores reconhecem o trabalho como princípio educativo fundamental. A Pedagogia Socialista, no período que compreende a Revolução Russa, até 1931, através de experiências como a de Pistrak e Makarenko, colocam em movimento, concretamente, esse princípio.

A conclusão desses elementos apresentados deixa muito evidente os limites da educação do povo na sociedade capitalista: a sociedade, cindida em classes sociais antagônicas, permite apenas que uma parte do conhecimento historicamente produzido seja alcançado pelos filhos dos trabalhadores, pelas classes populares. Contudo, também, permite observar que as possibilidades se apresentam quando há práticas pedagógicas

direcionadas pelos interesses da classe trabalhadora e movimentos sociais, que são engajadas no movimento mais amplo do Campo Democrático e Popular, que luta por outro projeto societário. Pode-se dizer, com relativa tranquilidade, que a partir de Marx e Engels, e de seus legados, lidamos com duas pedagogias, ainda que atravessadas por diferentes correntes: a que defende a educação como formação humana, para uma nova sociedade; e a tradicional: empirista e idealista, que propaga a educação para a adaptação a sociedade que ai está. Não há dúvida que Freire se debruça e assume a radicalidade da educação emancipadora, libertadora. Há, certamente, proximidades entre os dois autores.

Freire se debruçou sobre a especificidade da educação e da sua contribuição para o aprofundamento da democracia substantiva, que é aquela que permite a reprodução da vida, em todos os âmbitos, com dignidade. De acordo com Freire, e também Marx e Engels, os seres humanos não são bons ou maus por natureza, é na história que se constituem como seres humanos. Para Freire, a existência precede a essência e, na existência, há duas possibilidades: a de humanização ou de desumanização, sendo que os seres humanos são vocacionados, ontologicamente, para ser mais. Ainda que Marx e Engels, na ontologia do ser social, atribuam ao trabalho à condição de eixo dinamizador desse processo de criação dos seres humanos e das sociedades humanas, em Freire, o seu entendimento de existencialismo, mediado pela categoria da práxis, possibilita com que se aproximem, na medida em que essa categoria o afasta do idealismo objetivo e também do subjetivo, assim como do materialismo mecanicista, atribuindo aos seres humanos à forma/maneira como forjam a vida e a sociedade.

Outros aspectos, em Freire (1994), que o aproxima de Marx, parecem ser: Primeiramente, o entendimento de que a história não é uma entidade

superior que nos possui, mas, sim, possibilidade e não determinismo. Esperança, diz Freire, é a possibilidade que precisamos criar, dentro das condições históricas existentes. “O que me torna esperançoso não é a certeza do achado, mas mover-me na busca. É o movimento quem gera o esperar”; Também o reconhecimento de que “ninguém se liberta sozinho”, daí a importância da organização popular ou da “união para a libertação”; Juntamente com a proposição da necessidade da comunhão efetiva de quem trabalha junto ao povo, com o povo, o que requer a tomada de posição na luta de classes e a firmeza na convicção da “vocação ontológica dos seres humanos para ser mais”.

Freire se aproxima de Marx, também, no que diz respeito à compreensão de que o trabalho de educação popular emerge das contradições da sociedade capitalista e deve se alicerçar nas “situações limites”, vivenciadas pelo povo, que necessitam serem superadas, rumo aos inéditos viáveis e aos atos limites; Na proposição de que o trabalho de educação popular não deve servir ao engano, manipulação ou convencimento, mas ter como objetivo a libertação, o avanço da consciência, ampliação da leitura crítica de mundo, o que se processa via o movimento, práxis, que possibilita a conscientização; também, na compreensão de que a relação prática-teoria – práxis – é o eixo dinamizador do trabalho de educação popular; “reflexão e ação incidindo sobre as estruturas a serem transformadas”, diz Freire.

Por fim, Freire se aproxima de Marx em mais dois pontos: na concepção de que a educação, como formação humana, é a integral: superação da dicotomia entre formação técnico-científica e formação humanista, colocando a tecnologia e a ciência a serviço da humanização; e no claro indicativo de que o diálogo deve ser vivenciado como elemento construtor da comunhão entre os oprimidos e deles com quem com eles trabalham. Ação dialógica que “tem por objetivo proporcionar que os oprimidos, reconhecendo o porquê e o como de sua ‘aderência’, exerça o ato de sua

adesão à práxis verdadeira de transformação da realidade injusta”. Diálogo que não é apenas compromisso, é comprometimento, amor para com a humanidade e particularmente com os oprimidos. Não há diálogo entre antagonicos, diz Freire, o que nos remete para a questão das alianças, no processo de construção de um projeto de nação popular.

Obviamente tais aspectos supracitados merecem um maior aprofundamento rigoroso, mas, particularmente, pelo que expressei, e como alguém que estuda esses dois autores, analiso ser possível visualizar um diálogo produtivo entre ambos, ainda que existam proposições diferenciadas, que se materializam nas propostas educativas. Para ambos, a função social da educação e da escola, é a de constituir processos de formação humana que quebrem e reconstruam as estruturas fortemente internalizadas, que conduzem as pessoas, sem que percebam, se deem conta, a reproduzir padrões que reproduzem a sociabilidade capitalista hegemônica e se disponham, façam escolhas, na direção das transformações necessárias para a construção de outra sociabilidade, outro ordenamento social.

Atualidade, desafios e a boas lutas

Desde Marx, e também com Freire, se compreende que a educação constitui-se em um complexo social (LESSA, 2012), que se diferencia em cada forma de organização social e em cada época histórica, mantendo sua função ou papel social em todo o desenvolvimento histórico dos seres humanos. Por meio dela, há a internalização de valores, condutas, e a representação e aceitação da organização social. A Educação Popular, portanto, só pode ser contra hegemônica.

Para o entendimento da atualidade, Katz (2016) apresenta um mapa da direção dada ao desenvolvimento no mundo e seus desdobramentos para a América Latina, analisando os arranjos, as relações entre Estado, Economia/Mercado e Sociedade Civil, que se processam conforme a direção dada

ao modelo de desenvolvimento, que ocorre no interior da formação social capitalista. O autor distingue Liberalismo ortodoxo, no qual o capital/mercado ditava o conjunto das relações sociais, que foi se constituindo desde o século XIV e perdurou até a primeira metade do século XX, do Liberalismo do Estado de Bem Estar Social, a partir de 1945, do chamado Neodesenvolvimentismo – esse último representa um ciclo que se insere no chamado Neoliberalismo, que propõe e implementa propostas, nas quais o capital/mercado está acima de tudo e de todos: seres humanos e natureza. O Neodesenvolvimentismo foi característico dos governos populares, uma espécie de mediação entre o Estado de Bem Estar Social e a fúria neoliberal, que consiste na política pública social focalizada na pobreza, com algumas iniciativas mais estratégicas. Exemplos são o Brasil, o Uruguai e a Bolívia. O que ocorreu e em certa medida ocorre, é que a esquerda, o Campo Democrático e Popular, frente às estratégias neoliberais, que redirecionam a lógica de acumulação e são duríssimas na desconstituição de direitos, juntamente com a ‘queda do muro’, a revolução tecnológica e nas comunicações, entre outros fatores, se desorganiza. No que tange à educação, ainda que tenha ganhado um impulso importante a respeito da formação humana respeitadora da diversidade e a ampliação concreta do direito a escolarização, esse foi um importante acúmulo do campo democrático e popular, perdeu a radicalidade no que diz respeito à importância da formação política e da organização autônoma do povo. Isso esteve associado às opções do próprio Campo. A perspectiva neodesenvolvimentista negou a necessidade de organização autônoma dos trabalhadores, a formação política crítica, e a ideia de conflito social e de disputa, na direção do aprofundamento da democracia substantiva, sustentada pelos movimentos sociais, trabalhadores e comunidades populares.

Os exemplos de Cuba (tomada do poder do estado via revolução) e Venezuela (ganhar o governo via eleições) demonstram que cada vez que

um Estado capitalista possui um governo que tenta implementar um projeto de nação de dentro para fora e de baixo para cima, que busque aprofundar a democracia, põe em risco a lei do desenvolvimento desigual e combinado, instaura-se o conflito. Esse conflito é inerente à forma de organização capitalista. A burguesia interna, articulada com a externa, busca deslegitimar os processos e justificar intervenções (golpes) em nome de uma democracia que, sabemos, de substantiva tem muito pouco, como ocorre no processo brasileiro: golpes, privatizações, subversão do público pelo privado, aumento da concentração de capitais e aumento da pobreza, desqualificação e flexibilização do trabalho, disseminação do ódio, guerra cultural, uso da pandemia com fins políticos e etc..

Em vista do que foi sobredito, a agenda conservadora e reacionária visa privar os filhos da classe trabalhadora de dimensões cruciais da formação humana, sem as quais a imaginação e a sensibilidade estética, histórica e o fazer criativo tornam-se rudimentares (LEHER, VITÓRIA e MOTTA, 2017). De forma que a atualidade faz necessária a resistência à desconstituição dos direitos, no que diz respeito à educação das classes populares e, para além dela, porque lidamos com um projeto hegemônico em curso que é letal, na medida em que os seres humanos são descartados e a natureza depredada. Na especificidade da educação, a retomada de tal educação na perspectiva colocada por Freire, em toda a América Latina, torna-se fundamental.

Concluindo

A história da América Latina é também uma história de resistência e luta, levada a frente pelos setores populares e seus aliados em todos os tempos históricos, ou ciclos, descritos por Florestan Fernandes e resgatados acima. Neles, é possível identificar períodos mais ou menos intensos,

de algum modo, do colonialismo, neocolonialismo, dependência, genocídio, epistemicídio, etnocídio, fome, entre outras consequências da perversa lógica da acumulação. E tudo indica que nenhuma perspectiva analítica, que prescindisse da luta de classes ajuda ou contribui de forma efetiva, para entender a dinâmica das relações sociais, a partir da nova lógica de acumulação do capital, implementada desde 1970, notadamente as que negam a centralidade do trabalho na produção e reprodução da vida, em todas as dimensões.

Com o projeto hegemônico atual em curso, se estamos caminhando para algum lugar, como humanidade, é para o período pré-moderno, para antes da Revolução Francesa, que simboliza o início de constituição dos Estados modernos, no qual o capital regulava soberano o conjunto das relações sociais.

Como procuramos destacar, o atual contexto político, econômico, cultural e social exige a retomada de categorias que permitam compreender as origens, os direcionamentos e as possibilidades de ruptura com o modo de acumulação hegemônico e com a sociabilidade dele decorrente. Compreender o padrão de exploração e de dominação externa e interna, os direcionamentos dos diferentes projetos de desenvolvimento e suas estratégias de legitimação, como o neofascismo da atualidade, no caso brasileiro, são pressupostos fundamentais para a construção de alternativas. Por outro lado, é dos setores populares que na atualidade as resistências vão se constituindo e em toda a América Latina: de projetos alternativos de educação, que retomam a perspectiva emancipadora, libertadora, conscientizadora, com o fundamental resgate do legado de Paulo Freire, a projetos de economia popular e solidária, dos saberes tradicionais, afirmação da cultura das comunidades, a luta antirracista, de gênero e pelo direito a livre orientação sexual, a resistência indígena e quilombola,

entre outros. Percebe-se também, que a perspectiva utópica volta a ser debatida, anunciada, e que se refere a alternativas a sociabilidade capitalista, tais como o Ecosocialismo, o Bem Viver, o Socialismo.

Do meu ponto de vista, as contradições explicitadas pela dinâmica neoliberal recolocam a importância do trabalho, na produção e reprodução material e simbólica da vida das pessoas, daí que esse debate, da relação trabalho educação, vem sendo integrado nos projetos e propostas educativas. No meio rural, no Brasil, por exemplo, a agroecologia tem despontado como um dos aspectos fundamentais e articulador das proposições de construção de outro modelo de desenvolvimento do campo, e já está sendo incorporada nas propostas educativas emancipadoras/libertadoras, da Educação do Campo, escolares e também não escolares. O que se busca resgatar nessas iniciativas é o trabalho no sentido ontológico, proposto por Marx, porque ele é ‘a eterna condição da vida dos seres humanos’, sem ele, não há como suprir as necessidades materiais e simbólicas. Essas experiências se afastam da materialidade das relações de compra e venda da força do trabalho, ou do emprego. Agroecologia como um novo modo de vida e não apenas como alimento saudável. Agroecologia que se vincula com soberania e projeto popular de nação. No meio urbano, o que se percebe é o recrudescimento do movimento de economia popular e solidária, além de uma gama de resistências e lutas, na direção da afirmação dos direitos humanos.

Esses processos são potencializados e potencializadores da educação contra hegemônica, libertadora e emancipadora; bem como da reconstituição dos Campos Democráticos e Populares dos países latino-americanos, que muito tem que avançar, nas identidades, programas, alianças, entre outros, para efetivar a desejada unidade na ação.

Referências

- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.
- FILHO, Michel Zaidan. A esquerda pós-comunista no Brasil. In: PÉRICAS, Luiz Bernardo.; BARSOTTI, Paulo (Org.). **América Latina: história, ideias e revolução**. 2 ed. São Paulo: Xamã, 1998.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- KARTZ, Cláudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. SP: Expressão Popular, 2016.
- LEHER, Roberto; VITTÓRIA, Paolo; MOTTA, Vania Cardoso. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em debate**. v. 9 n. 1 (2017)
- LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- PALUDO, Conceição; MACHADO, R. C. **Reflexões sobre os Movimentos Sociais Latino-americanos e a Educação Escolar**. *Ideação* – PR: Unioeste. v. 15, p. 46-62, 2013.
- MANACORDA, Mario Alighiero (1991). **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2003.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro: I. Vol. I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SAVIANI, D. **Por uma história da educação latino-americana**. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- STRECK, D. (Org.). **Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- TROTSKI, Léon. In: LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>. Acesso em 10/07/2017.